

AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE GEOGRAFIA: UM TEMA PARA SE DISCUTIR A CIDADANIA

Leonardo Moreira Ulhôa

Professor de Geografia na Escola de Educação Básica
da Universidade Federal de Uberlândia.

Maria da Penha Vieira Marçal

Professora de Conteúdo e Metodologia de Ensino de Geografia
no Centro Universitário de Patos de Minas.

Suely Aparecida Gomes

Professora de Pesquisa e Prática Pedagógica na
Faculdade Católica de Uberlândia e
professora substituta no Instituto de Geografia
da Universidade Federal de Uberlândia.

Resumo: Este artigo visa a analisar o significado da qualidade de vida no espaço urbano aliado às questões socioambientais, na perspectiva da ciência geográfica. O processo de urbanização tem ocasionado significativas mudanças na organização do espaço geográfico, provocando o surgimento e/ou agravamento de sérios problemas de cunho social. Neste caso, o estudo da cidade não deve se abster das análises qualitativas de vida da população e das po-líticas públicas adotadas pelos municípios, direcionadas ou não, para um melhor ordenamento dos grandes centros urbanos. Além disso, cabe ressaltar que os problemas sociais como moradia, educação, saúde e meio ambiente podem se apresentar de diferentes maneiras, considerando o grau de intensidade do exercício de cidadania de seus habitantes como também, o comprometimento da administração municipal. Para abordarmos os problemas socio-ambientais do espaço urbano, faz-se necessário, sem dúvida, refletir sobre nossa atuação como cidadãos, relacionada ao aspecto político da construção do espaço. O resultado dessa vivência pedagógica demonstrou que, quando tratamos da questão ambiental e concomitantemente, da qualidade de vida urbana, não podemos pensar em conclusões definitivas, visto que as discussões socioambientais se renovam de maneira constante e, dessa forma, a temática permanece em aberto.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, problemas socioambientais, cidadania.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho relata uma experiência pedagógica desenvolvida com os alunos da 5ª série da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU), cujo objetivo foi o de analisar o significado da qualidade de vida da população urbana aliada às questões socioambientais, sob a óptica da ciência geográfica.

A área de conhecimento supracitada tem um papel fundamental na formação do cidadão, quando por meio dela se analisa e procura conhecer/explicar o espaço produzido pela sociedade, permeado pelos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.

O crescimento das cidades brasileiras tem ocasionado significativas mudanças na (re)organização do espaço geográfico, provocando o surgimento e/ou agravamento de sérios problemas de cunho social. Para Verona (2003, p. 2002), a “cidade é a materialidade das interferências antrópicas mais marcantes de transformações da natureza”. Nesta vertente, o estudo da cidade não deve se abster das análises qualitativas de vida da população como também das políticas públicas adotadas pelos municípios, direcionadas, ou não, para um melhor ordenamento dos grandes centros urbanos. As cidades tornaram-se o foco das pressões populacionais que mais sofrem com a decadência da qualidade de vida, fruto do pró-prio sistema socioeconômico criado pelo ser humano.

Os problemas sociais como moradia, educação, saúde e meio ambiente podem se apresentar de diferentes maneiras, considerando o grau de intensidade do exercício de cidadania de seus habitantes e o comprometimento da administração municipal. É imprescindível à Geografia, enquanto conteúdo escolar, se engajar em tais discussões. Afinal, o dinheiro público pode (re)transformar o espaço urbano e minimizar os agravantes socioambientais.

Ao pensar em estratégias para desenvolvermos uma prática de ensino que esteja atrelada à participação, inclusão e democracia,

buscamos analisar a cidade de Uberlândia-MG, a partir de um projeto de ensino que abordava as questões socioambientais urbanas.

Até a realização da Conferência das Nações Unidas, sobre o Homem e o Meio Ambiente, em 1972, os maiores problemas ambientais eram percebidos pela comunidade internacional somente em alguns locais específicos. Dessa forma, as questões se referiam, por exemplo, à poluição atmosférica em certas cidades, à contaminação por agrotóxicos da água e do solo de uma pequena área ou de derramamentos de petróleo em determinada baía ou ponto do oceano. Não foi esse o enfoque que demos ao nosso trabalho. Optamos em discutir os problemas do cotidiano das pessoas que vivem em cidades em processo de crescimento, especialmente, a cidade de Uberlândia, por ser a realidade de nossos alunos, mas sem perdermos a dimensão nacional e global.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Crescimento das cidades e qualidade de vida: desafios e possibilidades

As cidades tornaram-se espaços cada vez mais urbanizados, assumindo papel relevante no cenário do meio ambiente global. Daí, faz-se necessário reconhecer a natureza global dos problemas urbanos para se empenhar na luta em tornar as cidades lugares mais dignos para se viver e, mais favorável do ponto de vista ambiental. Para Cavalcante (2002, p. 16) “a vida urbana é uma experiência mundial, é um modo de vida social e espacial generalizado em nossa sociedade e que tem um grande impacto na vida das pessoas em geral”. Por isso, podemos afirmar que o ensino de Geografia é relevante para a formação do cidadão crítico, quando por meio do raciocínio geográfico, o indivíduo é capaz de exercer a sua cidadania. A mesma autora afirma que,

os temas da cidade e do urbano são conteúdos educativos que propiciam aos alunos possibilidades de confronto entre as diferentes imagens de cidade, as cotidianas e as científicas. O tratamento desses temas permite ao professor explorar concepções, valores, comportamentos dos alunos em relação ao espaço vivido, além de permitir também analisar a gestão da cidade a partir da experiência dos alunos; permite ainda trabalhar como objetivo de se garantir o direito à cidade (CAVALCANTE, 2002, p. 16-17).

Sabemos que, atualmente, uma das questões centrais para a sociedade de um modo geral, diz respeito à qualidade de vida. Assim, o termo “meio ambiente” tornou-se assunto importante e recorrente, mais intensamente a partir da década de 1970, e não apenas no mundo rico e industrializado, mas também vem recebendo destaque nos países pobres e em desenvolvimento. Esse assunto tem sido discutido nos meios acadêmicos, científicos, políticos, sociais e econômico, tornando-se, portanto, preocupação central na vida da maioria das pessoas, principalmente daquelas que vivem nas cidades, as quais são a maioria da população do planeta.

Ely (1990) relata-nos que os problemas de poluição e degradação do meio ambiente levaram os seres humanos a reconhecer que a qualidade de vida nas cidades e do meio em que vivem é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico e tecnológico da nação. De fato, não há como melhorar a qualidade de vida sem uma concomitante melhoria das questões socioambientais. Na atualidade, vários países têm definido a “qualidade socioambiental” como um tema prioritário nos seus planos de desenvolvimento econômico e social.

Por isso, é importante que os alunos sejam sensibilizados para tomar consciência de que saber pensar o local onde vivem pode ser uma ferramenta para exercer sua cidadania. A ligação dos conhecimentos de Geografia ao discurso político, certamente,

resultará no aprendizado do raciocínio geográfico, para saber “ler a realidade”.

Ao analisarmos os problemas urbanos de Uberlândia, nossa preocupação foi a de que os alunos compreendessem a relação do crescimento demográfico com os problemas socioambientais. As abordagens do aumento populacional não privilegiaram apenas o enfoque quantitativo; pois procuramos teorizar as abordagens qualitativas e as políticas demográficas de nossa cidade ao enfatizarmos tal temática.

O estudo da cidade deve assumir papel de destaque no ensino da Geografia. Isso decorre do fato de a cidade ser o espaço no qual se visualizam as contradições e os conflitos. Concordamos com Cavalcante (2002, p. 17) quando afirma que

na leitura geográfica da cidade, o ambiente é resultado da interação dos constituintes físicos e sociais, envolvendo, portanto, objetos e ações da vida cotidiana, na moradia, nos espaços públicos e privados, nos lugares de estudo, de lazer, de transporte, nas áreas de jardins, parques, nos rios, matas, florestas.

Assim sendo, foi possível com a colaboração dos ditos “homens públicos” de nossa cidade, os alunos compreenderem que a construção do ambiente se dá no jogo entre poderes, interesses e práticas da sociedade. Nessa abordagem, os educandos perceberam que Uberlândia é uma cidade que tem crescimento acima da média nacional. O resultado disso reflete no número de pessoas fora do mercado de trabalho e na deteriorização da qualidade de vida. Os alunos também puderam verificar que os problemas urbanos podem apresentar-se com intensidade maior ou menor, dependendo do nível de organização interna da cidade, da qualidade de administração municipal e do grau de exercício de cidadania de seus habitantes.

A temática socioambiental na prática pedagógica de Geografia

Ao elaborarmos o conteúdo programático de Geografia para o ano de 2004, nos preocupamos em contemplar os problemas urbanos oriundos do crescimento populacional, os quais atingem as cidades de modo geral e, de modo especial, a cidade de Uberlândia. Assim, não podemos nos esquecer que muitas dessas questões estão relacionadas aos problemas socioambientais que têm afetado a nossa qualidade de vida. Foi nosso interesse, articular juntamente a esta temática, as políticas adotadas no município visando contribuir para uma melhor organização do espaço urbano.

O objeto norteador das questões a serem discutidas nas aulas de Geografia é o espaço geográfico, visto tradicionalmente como produto das estruturas econômicas, dos modos de produção e das relações de trabalho entre o ser humano e a natureza. A forma de ocupação do espaço urbano, por exemplo, apresenta características próprias que lhe dão identidade. Ora, a maior parte das atividades econômicas, políticas e culturais está concentrada nas cidades. Por outro lado, essas áreas vivem problemas de ordem social que se agravam cada vez mais na atualidade, principalmente nos grandes centros, tendo em vista as questões socioambientais que afetam a qualidade de vida.

Nesta perspectiva, relacionamos os conteúdos curriculares à realidade cotidiana do aluno voltada à construção e ao exercício da cidadania. Dessa forma, o estudo da cidade deve permitir ao educando pensar o espaço geográfico com suas características e problemas, para posicionar-se de maneira crítica e construtiva nas diferentes situações sociais e questionar a realidade por meio dos problemas, no sentido de tentar resolvê-los.

Nesse ínterim, o professor de Geografia deve ser o mediador do processo de formação do aluno. No entanto, percebemos que a formação de professores, muitas vezes, deixa a desejar, quando não lhes permite uma competência crítica-reflexiva, que

lhes proporcione condições para pensar de forma autônoma, facilitando a articulação entre a teoria e prática do ensino. Essas questões demonstram que se faz necessário o professor ir além dos conteúdos ensinados. Diante disso, Vesentini (2002, p. 239) orienta para que um

curso de Geografia que pretenda formar bons profissionais (docentes ou não, tanto faz) é ter um curso básico: que seja pluralista e contemple as diversas áreas e tendências da ciência geográfica; que esteja voltado não para produzir especialistas e sim para desenvolver nos alunos a capacidade de “aprender a aprender”, de pesquisar, de observar, ler e refletir, de desconfiar de clichês ou estereótipos, de ter iniciativa e capacidade próprias.

Acreditamos que a incorporação de novas metodologias na prática do professor é de fundamental importância para o envolvimento e interesse dos alunos. Quando as atividades educativas ultrapassam os muros escolares e não se limitam unicamente em aulas expositivas, abrimos uma porta para a criatividade e a propagação do pensamento reflexivo.

Ao analisar as questões socioambientais, Mazetto (2000) considera que a problemática da qualidade de vida não está limitada às transformações provocadas pelos seres humanos na natureza, está relacionada também, ao próprio espaço construído, espaço artificial onde as questões sociais, como o desemprego, a desigualdade social, o analfabetismo, são responsáveis pela qualidade de vida da população, espaço esse representado especialmente pelas cidades.

Cavalcante (2002) orienta que a temática cidade deve ser trabalhada como conteúdo escolar, buscando desenvolver comportamentos e atitudes em relação à cidade, além de favorecer a aquisição de informações e a formação de conceitos importantes no desenvolvimento de conceitos geográficos, como paisagem urbana, urbanização, metropolização, rede urbana. Podemos dizer

que, com essa abordagem curricular o professor facilita aos alunos possibilidades de confronto entre as diferentes representações da cidade, as cotidianas e as científicas.

A Geografia, em linhas gerais, é uma ciência que estuda as re-lações entre o ser humano e o meio ambiente, o que lhe traz um grande compromisso e responsabilidade em devolver à sociedade respostas para a questão dos problemas socioambientais, decorrentes da ação desorganizada dos seres humanos no seu espaço de vivência.

Assim, o desafio da ciência geográfica, por meio dos conteúdos curriculares ensinados na escola, é o de conseguir atuar como mediadora e esclarecedora para despertar nas pessoas, por meio da prática educativa, uma consciência de se preservar a natureza e compreender a realidade socioambiental. Nesse sentido, ensinar Geografia é permitir que o aluno compreenda que a sociedade fundamenta-se na construção do social sobre o natural. A Geografia deve assumir ativamente o seu papel e oferecer à sociedade condições para utilizar o seu potencial, no sentido de integrar os seres humanos e a natureza para utilização dos recursos de forma democrática, numa dinâmica que se revele sustentável, que permita aos homens de hoje satisfazer suas necessidades sem comprometer as gerações futuras.

Nessa análise, a Geografia deve contribuir para estimular um trabalho pedagógico transformador da realidade, ou seja, desenvolver um saber geográfico, a partir de um processo em que se possa efetivamente construir uma outra visão de mundo, com vistas à construção da cidadania, de modo que o educando possa compreender o espaço em que vive, da escala local até a global, e com isso, contribuir na construção de um novo paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida socioeconômica e um mundo ambientalmente mais equilibrado.

As aulas de Geografia devem constituir um momento para analisar a (re) organização espacial, ou seja, as transformações concretas e visíveis que a sociedade produz no meio em que vive,

tais como o crescimento acelerado e desorganizado das cidades, a ampliação da fronteira agrícola e o conseqüente desmatamento, a construção de grandes reservatórios de água para mover as usinas hidrelétricas, a abertura e construção de novas vias de acesso, etc. Dessa maneira, é possível que o aluno compreenda na prática tais mudanças, uma vez que ele mesmo as constata a partir do seu espaço de vivência.

Particularidades da vida urbana e a sua relação com a qualidade de vida

O espaço urbano é o lugar onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas, em constante transformação e em processo ininterruptos de interações. No entanto, há uma constatação de que é apenas nas cidades que ocorrerem os problemas ambientais. Ledo engano! Esses problemas apenas se agravam no espaço urbano, tendo em vista as complexidades de ações, criações e produção dos homens e mulheres que circulam, vivem, passeiam, trabalham. Essas múltiplas atividades acabam por serem responsáveis pela configuração socioambiental das cidades.

Santos (1997) afirma que o meio ambiente construído nas cidades se caracteriza por ser fragmentário, não leva em conta as mais profundas necessidades da sociedade; não integra os sentimentos humanos, os problemas sociais, as necessidades de comunicação, as relações sociais, o clima, a natureza do entorno, apenas considera o interesse econômico e seus fluxos. Isso se pode comprovar pela lógica da construção do espaço urbano que diz respeito à lógica da construção da economia, que articula interesses de diferentes segmentos da sociedade, além das formas relativamente duráveis, dispendiosas manifestadas na configuração dos espaços urbanos, tendo em vista atender aos interesses dos grupos sociais dominantes.

Barreto (1996) justifica que a alta densidade populacional das cidades, traz como conseqüência a justaposição sem mistura, traz

a indiferença, a proximidade sem expansão, a aplicação da regra de que, quanto mais proximidade física, ocorre também, menores contatos humanos, e finalmente, a agressividade. Lorenz apud Barreto (1996, p. 49) diz que

o ajuntamento humano nas cidades modernas é em grande parte responsável por não sermos mais capazes de distinguir o rosto do próximo nessa fatamagoria de imagens humanas que mudam, se superpõem e se apagam continuamente. Diante dessa multidão e dessa promiscuidade, nosso amor pelos outros se desgasta a tal ponto que perdemos de vida.

Assim, podemos dizer que, cabe a nós, professores de Geografia, uma tarefa fundamental, sem endeusar, endemonizar, sem entrar na ‘moda’ do meio ambiente, compreender a complexidade dos novos problemas pela temática ambiental na construção do espaço urbano.

Encaminhamentos metodológicos

O nosso interesse inicial em fomentar atividades pedagógicas com esse foco, iniciou-se com uma observação das diferenças apresentadas na ocupação do espaço urbano. Com isso, cada aluno escreveu uma carta a um amigo, relatando como é o bairro em que ele mora e os aspectos gerais da cidade de Uberlândia. Foi interessante observar que muitos estabeleceram relações entre o lugar oposto, enfatizando a polarização campo-cidade.

No intuito de caracterizar os elementos e os problemas pertencentes à paisagem urbana, interpretamos a canção “Música Urbana 2”, autoria do cantor Renato Russo. A letra apontava as vantagens e as inconveniências de se viver nos centros urbanos. Os estudantes perceberam que a canção retratava apenas alguns aspectos da cidade, não conseguindo relatar a sua complexidade.

Em seguida, lemos e discutimos um artigo publicado em um

jornal local intitulado: “Uberlândia perde o status – aumento populacional gera piora da qualidade de vida”. Cada aluno pôde pensar, a partir de sua vivência, os problemas existentes em seu bairro. Diante desse contínuo crescimento das cidades, houve a constatação de que a qualidade de vida dos habitantes e o bom funcionamento dos serviços públicos, como segurança, educação e saúde, é um desafio que cabe não apenas aos governantes, como também aos moradores, por meio do pleno exercício da cidadania.

Posteriormente, convidamos um representante do prefeito municipal para participar de um debate com os alunos, envolvendo o tema estudado. O convite foi aceito e recebemos a visita do secretário de Planejamento Participativo. Em um primeiro momento, o convidado teve trinta minutos para expor os serviços desenvolvidos pelo Poder Executivo na tentativa de melhorar a qualidade de vida da população. Após, foram propostas as discussões e os questionamentos. Cabe lembrar que as questões foram elaboradas antes da visita do secretário, em um trabalho de grupo realizado em sala de aula. Houve momentos polêmicos relacionados às ações governamentais executadas pelo Poder Executivo.

Este foi o momento ideal de enfocarmos a dimensão política na construção do espaço, algo que muitos professores tratam com desprezo. Vale ressaltar que, para pensarmos os problemas urbanos é necessário, sem dúvida, refletir sobre nossa atuação como cidadãos.

Após problematizarmos as questões pertinentes à população de Uberlândia, os alunos apontaram possíveis soluções para os problemas que enfrentamos atualmente. Cada grupo elaborou um painel com sugestões, estimulando o desenvolvimento crítico e reflexivo. Em seguida, as propostas de melhoria foram apresentadas e encaminhadas ao Poder Executivo. Desse modo, foi possível verificar o comportamento dos alunos em relação à cidade e como deveriam se comportar ante a ela, como é a relação dos gestores da cidade com a habitação das crianças e jovens, com os lugares onde se localiza

a habitação e com os outros lugares, como os de lazer, de trabalho, de estudo, de assistência médica, como é a relação de crianças e jovens com o ambiente urbano (CAVALCANTE, 2002).

A partir dessas discussões e das atividades desenvolvidas os alunos foram capazes de compreender a dinâmica interna das cidades, facilitando a identificação de alguns elementos básicos constituintes do espaço urbano, como a produção, a circulação, a moradia, entre outros.

Este trabalho evidenciou que uma prática pedagógica não deve vislumbrar apenas uma “distribuição de pontos”; mas refletir cotidianamente o processo do ensino/aprendizagem, de forma a favorecer a “leitura” do espaço de vivência e as possibilidades de atuar como cidadão crítico na melhoria da qualidade de vida nesse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, temos uma constatação importante e que precisa ser refletida. O educador, que se preocupa com as questões cotidianas do aluno, deve assumir o seu papel de um pesquisador que investiga os problemas que estes enfrentam, bem como as suas causas. Assim, com esse trabalho observamos a participação dos alunos em todas as etapas realizadas, dialogando com os mesmos sobre as razões que os levaram a efetuar tais atividades.

Os alunos puderam observar que o contínuo crescimento da cidade de Uberlândia, situada na região do Triângulo Mineiro, a qual exerce a função de pólo regional, contrastou com a redução da qualidade de vida de parte da população. Do mesmo modo, puderam compreender que essa questão é um desafio pertinente não apenas aos governantes, mas também aos moradores, por meio do pleno exercício da cidadania. Assim, compreendemos que o raciocínio geográfico pode permitir a relação do ensino de Geografia com o discurso político, o que, certamente, promove uma vivência da cidadania na comunidade.

Além disso, consideramos válida a oportunidade que os alunos tiveram em exigir dos governantes o cumprimento de seus deveres e funções. Afinal, o dinheiro público deve (re) transformar o espaço urbano e favorecer a melhoria da qualidade de vida por meio das políticas públicas em prol do bem estar da população, no sentido de minimizar os problemas socioambientais.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, L. S. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- ELY, A. *Economia do meio ambiente*. 4 ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Coser, 1998.
- MAZETTO, F. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, n. 24, jan./jun. 2000, p. 21-31.
- VERONA, J. A. & OLIVEIRA, F. F. O espaço urbano: qualidade ambiental e qualidade de vida. In: *VENCONTRO NACIONAL da ANPEG*, 2003, Florianópolis. *CD-ROM*. Florianópolis: MIDIA, 2003, p. 2002-2011.
- VESENTINI, J. W. A formação do professor de geografia: algumas reflexões. In: PONTUSCHKA, N. N. & OLIVEIRA, A. U. (org.). *Geografia em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 235-246.